



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ID', 'Dij', and 'Alegre'.

FUNDAÇÃO
Isabel Domingues

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025

FUNDAÇÃO ISABEL DOMINGUES
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

Instituição Particular de Solidariedade Social, Sem Fins Lucrativos e de Utilidade de Pública
NIF 513145710 – NISS 25231457106

Rua das Escadinhas, Nº 42. Pinheiro Manso. 3750-719 Recardães, ÁGUEDA.

Telef.: 234060353 | Telem.: 935301112 | E-Mail: fid@fid.pt

<https://www.fid.pt/> | WWW.facebook.com/fid14

Relatório e Contas

Parte I – Relatório de Atividades

1. Introdução

No cumprimento das disposições Legais e Estatutárias, o Conselho Executivo da Fundação Isabel Domingues tem a honra de apresentar e submeter a apreciação o Relatório de Atividades e Contas referentes ao exercício económico do período de 01-01-2025 a 31-12-2025.

O Presente Relatório é uma síntese que visa apresentar a estratégia e dinâmicas de concretização da melhoria contínua que se objetiva para esta organização, com a visão e valores institucionais e os objetivos e programa traçado pelo Conselho de Administração, a ser desenvolvido pelo Conselho Executivo e operacionalizado pela gestão diária, havendo outras ações não programadas, mas que se afiguraram de interesse vital para o bom funcionamento da Instituição, bem como condicionantes externas e internas a que se vai ajuntando o melhor possível.

Registamos que este documento espelha o quarto Relatório e Contas apresentado pelos atuais Membros dos Órgão Sociais que tomaram posse em 21 de junho de 2022, eleitos para o quadriénio 06/202-06/2026, o Conselho Fiscal, o Conselho Executivo, embora este tenha sido objeto de uma reestrutura e renomeado em 06 de maio de 2023, e o Conselho de Administração, à exceção do cargo de Presidente deste Órgão que é exercido pelo Sra. D. Isabel Maria Afonso Domingues, fundadora que nessa condição exercerá essa função vitaliciamente, tendo esta equipa, a par da equipa técnica contratada, pautado o seu trabalho e empenho na patente melhoria contínua do serviço prestado aos idosos e sua famílias e ao desenvolvimento e coesão social, numa constante adaptação à realidade conjuntural da nossa sociedade, aos novos e emergentes desafios, internos, de gestão de recursos, e externos, nomeadamente ao crescente quadro de multiproblemáticos desafios que a população idosa vem apresentando.

Este relatório de atividades e contas tem como objetivos:

Sintetizar as atividades que se considera mais relevantes deixar registado neste documento, nomeadamente as desenvolvidas no exterior da Instituição e em parcerias organizativas, com e para a comunidade.

Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Instituição, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;



Apresentar a situação económica e financeira relativa ao período, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;

Mostrar as demonstrações financeiras do período de 2025, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

2.– Identificação da Instituição

– Designação da Entidade: Fundação Isabel Domingues

– Natureza Jurídica: Fundação de Solidariedade Social

– Sede: Rua das Escadinhas, Nº 42. Bairro do Pinheiro Manso - 3750 -719 Recardães, Águeda

2.1 Natureza e atividade

A Fundação Isabel Domingues foi instituída por iniciativa de Isabel Domingues e seu marido Abílio Domingues, em louvor a Deus, que à mesma afetaram bem pessoais e constituíram conforme Estatutos, em obediência ao disposta do D.L. nº 119/83, de 25 de fevereiro, por escritura pública lavrada em 11 de março de 2013, depois de uma viva emigrada em França, os fundadores acompanharam e supervisionaram cada passo na construção desta obra que iniciou os seus serviços em prol da população idosa e das famílias, com inauguração da infraestrutura em 13 de maio de 2015.

A Fundação Isabel Domingues – FID, Pessoa Coletiva Nº 5131475710, é uma Fundação de Solidariedade Social, equiparada a IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, Sem Fins Lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública, por despacho de 13-05-2014, do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, com registo officioso na Direção-Geral da Segurança Social, em 23-06-2014, lavrado pela inscrição nº 4/14, a fls 66, 66 verso e 67 do Livro nº 7 das Fundações de Solidariedade Social, com sede na Rua das Escadinhas, Nº 42, Pinheiro Manso, 3750-719 Recardães, a escassa distancia do centro da cidade e Águeda e dos respetivos meios de socorro e serviços públicos de saúde

Dedicada à prestação de serviços a idosos, Estatutariamente tem por objetivo social: - Criar e manter um Lar de Idosos, Centro de dia para crianças e idosos e Apoio domiciliário; - Através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meio de subsistência ou incapacidade para o trabalho; - Outras

atividades sociais e culturais que contribuam para a promoção e desenvolvimento dos fins a que lhe estejam relacionados.

Desenvolve presentemente o apoio a idosos, e às suas famílias, com a Valência de ERPI – Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa com capacidade para 19 Utentes.

A FID tem vindo a fazer o seu caminho, nestes já 10 anos, no apoio aos idosos com o seus serviços de ERPI, sendo prestados os serviços de alojamento, de 24 horas, com alimentação, higiene, assistência médica e medicamentosa e de enfermagem, serviço de socialização e atividades de animação e estimulação biopsicossocial, desenvolvidas internamente, preconizando as melhores condições de qualidade de vida, num espaço que se quer como o “lar” de todos e de cada um, uma outra moradia para se envelhecer com companhia e companheirismo, e nas múltiplas organizadas por entidades parceiras, públicas e privadas, em parcerias organizativas com o objetivo comum de promover o envelhecimento ativo, participativo, saudável e mais feliz.

Assim, a Instituição tem como objetivos proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas, criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar e contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo, mais saudável e mais feliz, focado na prevenção da doença e na manutenção da saúde.

A Formação de uma boa da Equipa de Trabalho, encetada desde o segundo semestre de 2022, vem sendo cumprida, tendo-se formado e estabilizado, tanto quanto possível, os recursos para as atividades funcionais da FID, estando quadro completo de Auxiliares de ação Direta, de Empregada Auxiliar, de Enfermeira, de Técnica Geriátrica / Aaminação e Diretora Técnica, a meio tempo, a que acresce Diretora Geral e a prestação de Serviços de Médica, de Contabilista Certificada e os de Jurista, registando-se que foi possível renovar a possibilidade de ter uma pessoa, ao abrigo do Programa do IEPF de CEI+, para a área de jardinagem e manutenção do espaço exterior.

A FID tem capacidade licenciada para 19 Utentes, tendo Acordo de Cooperação protocolado pela Segurança Social, entidade de tutela dos serviços da valência de ERPI, estabelecidos nos seguintes termos:

Estabelecimento: **Fundação Isabel Domingues**

Rua das Escadinhas, 42, Bairro do Pinheiro Manso.

3750-719 Recardães.

Sede:

Concelho de ÁGUEDA

NISS: 25131457106

Equipamentos | Resposta Social: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI
Nº Lugares Preenchidos Indicados pelo C. Dist. da S.S.: 2
Nº Lugares Com Acordo Cooperação S.S.: 15
Nº Lugares Sem Acordo Cooperação: 4

2.3 Missão:

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e famílias, assegurando a satisfação de necessidades básicas, prestação de cuidados de ordem biopsicossocial de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar, através de práticas e cuidados centrados na pessoa, com respostas inovadoras e de adequados cuidados às problemáticas emergentes e para um envelhecimento ativo, mais saudável e feliz.

2.4 Visão:

Ser reconhecida como uma Instituição de referência, primando por um serviço de qualidade aliado a práticas da Metodologia de “Cuidado Humanidade”.

2.5 Valores:

O respeito e a abertura ao outro, a empatia, o rigor e o profissionalismo, construção de laços de entreajuda e trabalho em equipa, a solidariedade intergeracional.

2.6 Política de Qualidade:

O Referencial da Segurança Social - Manual de Processos-Chave (ERPI); A melhoria Contínua; Normativos Legais e a implementação de procedimentos adequados á realidade atual.

3. – Atividades Desenvolvidas

3.1 A ERPI da FID

Durante o de 2025 a média de Utentes foi de 19, havendo no entanto períodos de alguns contratempos com a admissão de Utentes, nomeadamente devido ao estado de saúde em que se encontram os idosos quando as famílias, por incapacidades recorrem, então, aos serviços de ERPI, grande parte das vezes em situações de “alta hospitalar”, o que tem vindo a crescer paulatinamente, sendo sempre a estabilização e formação funcional da Equipa de Trabalho o mais importante para poder integrar novos utentes, cada vez com mais profundas e múltiplas doenças,

o que requer grande investimento pessoal na integração de novos residentes e no atender aos suas particularidades e estados de saúde, cada vez mais complexos e exigentes, a reconhecer para se dar a melhor resposta às suas necessidades individuais, o que cada vez mais se prendem com estados de fragilidade global, de múltiplas doenças crónicas ou súbitas e do foro demenciais e doença mental.

Sobre a problemática das demências importa registar que a FID encetou, desde 2023 as diligencias, por possibilidade com a devida indicação da Segurança Social para o “cumprimento do “n.º 3 da cláusula IX, o n.º 2 da cláusula X e o ponto a. do n.º 3 da cláusula XI do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2023-2024, respetivamente relativo à resposta social Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), que determina o pagamento de comparticipações adicionais por utente com demência na frequência das referidas respostas sociais”, para se ter as Declarações de Médico Especialista de Neurologia ou Psiquiatria, nomeadamente do SNS, para os Utentes que são seguidos por estas especialidades, o que já possível para alguns dos nossos Utentes, sendo que para os outros Utentes, manifestamente também com processos demenciais aguarda-se que seja possível serem consultados e passarem a ser seguidos pela especialidade.

3.2 Atividades Biopsicossociais:

As atividades a desenvolvidas encontram-se concetualizadas no “Plano de Atividades da Anual da FID”, focado no Utente e nas “atividades de animação socioeducativa e sociocultural”, com Oficinas de Estimulação Biopsicossocial”, para um envelhecimento saudável e participativo, tendo a animação como promotor da saúde, da alegria e motivação para o dia a dia, sendo um investimento na prevenção da doença. Considera-se que atividades divididas em blocos a que chamamos oficinas, além do assinalar, com atividades, as Datas Comemorativas do nosso Calendário.

As Oficinas de Estimulação Biopsicossocial foram sendo executadas adequando-se às possibilidades e às capacidades dos Utentes Residente a cada momento e ainda às estações do ano: nomeadamente a Oficina de psicomotricidade/exercício físico, a Oficinas de Estimulação Cognitivas, com recurso a atividades artística, de saberes e de lazer, com Artes plásticas, manuais, artesanato, bricolage, decoração, hortofloricultura, a Oficinas de Estimulação Social, com conversar de vida, com recordações de histórias, com momentos de eventos culturais, religiosos, usos e costumes, adágios, lengalenga e provérbios populares.

A estas Oficinas orientadoras da programação juntaram-se o “Plano Anual de Atividades Comemorativas”, serve de guia à concretização mensal das atividades, entrelaçando as temáticas, com as atividades e materiais em uso contínuo ao longo do ano.

As atividades desenvolveram-se interna e/ou externamente, com os nossos Parceiros, entre as quais se realiza nomeadamente a nossa participação nas seguintes atividades /eventos:

- No Desfile de Carnaval de Recardães, organizado pela JFUFRE - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Recardães e Espinhel;
- No Baile de Carnaval Sénior, organizado pela CMAg;
- Nas Festas de “Romaria às Almas Santas da Areosa 2025, em Aguada de Cima;
- Na XV Feira dos Sabores e dos Saberes, no Parque da Alta Vila, em Águeda;
- Uma tarde no AgitÁgueda. E participação no Concurso de Chapéus, este ano de 2025, em que vimos a participar todos os anos desde 2023, ano em a FID ganhou o 1º Prémio (vale de compras (têxteis) de 250€);
- No “Freguesia em Festa, de 4 a 7 de setembro de 2025, organizado pela JFUFRE, realizando-se este ano na freguesia de Recardães;
- Na Comemoração do Dia Internacional do Idoso, promovida pela CMAg;
- No Concurso de Decorações de Natal 2025, em espaço público, organizado pela JFUFRE;
- Na Mostra de Enfeites de Natal, em 2025, com todas as IPSS patente ao público no CSPR;
- No Projeto Águeda Terras Árvores de Natal, em espaço público, organizado pela Bela Vista em parceria com CMAg, com evento final de vídeo mostra de todos os participantes e entrega de lembrança alusiva certificados de participação;
- Na mostra e “Concurso de Presépios JSA”, patentes ao público no Parque da Alta-Vila, organizado pela Associação Juntos Somos Arte - JSA, em parceria com a CMAg;
- Na Comemoração do Natal, entre IPSS, que decorreu no salão do CSPR;
- Comemoração interna do Natal na FID, com lanche partilhado entre os Utentes, os Familiares, os Trabalhadores e os Órgãos Sociais da FID;

- Nas “Atividades Interinstitucionais - InterIPSS” promovidas por estre as Instituições que prestam serviços a idosos no concelho de Águeda, organizadas pelas Técnicas/os Animadoras/es e Direções Técnicas, ao longo do ano;

- Nos vários e significativos eventos, ao longo do ano, organizados pela CMAg, tanto para a população sénior, no âmbito do envelhecimento ativo, como para os cuidadores e trabalhadores da equipa técnica.

Há a referir ainda que em dezembro de 2025 a FID subscreveu e iniciou a sua participação na “6.ª edição do Holon em Movimento - Exercício Físico para todos, um programa totalmente gratuito dedicado ao envelhecimento ativo da população sénior e que, ao longo dos anos, se transformou num verdadeiro movimento nacional, do âmbito da responsabilidade social das Farmácias Holon da Cova da Beira”. Esta iniciativa tem-nos permitido que, de forma remota, com acesso via internet, com ligação de computador à televisão, estejamos a participar com todos os nossos Utentes nas atividades propostas que visionamos e recebemos indicações em direto, para exercícios físicos, jogos, cooperação, interajuda, motivação – vimos e somos vistos - agendadas a acontecer semanalmente, todas as terças-feiras de manhã.

Assinalamos ainda que pelo segundo ano, em 2025 a FID fez Campanha para a “Consignação do IRS 2024”,

Registamos, também, que este ano a Fundação Isabel Domingues assinalou o seu 10º Aniversário, em maio, o mês de Maria, o mês das Mães, que nesta altura se reforça a sensibilização do cuidar, do cuidar uns dos outros, com amor, com atenção, com empatia e equidade, com resiliência, este ano em especial, pelo aniversário e pelo trabalho realizado, pelo que se conseguiu ultrapassar e guardar...

Parte II - Demonstrações Financeiras 2025

BALANÇO em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		711 446,23	722 061,11
Propriedades de investimento		99 868,40	99 868,40
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis		786,49	
Investimentos financeiros		787,73	787,73
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/			
Outros créditos e ativos não correntes			
Total Ativo Não Corrente		812 888,85	822 717,24
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber		48 373,75	40 742,65
Estado e outros entes públicos		924,76	4 603,04
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/			
Diferimentos		1 163,05	1 123,45
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários		20 208,74	13 311,10
Total Ativo Corrente		70 670,30	59 780,24
Total ativo		883 559,15	882 497,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		52 246,46	69 326,08
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		785 168,04	784 138,20
Resultado Líquido do Período		533,54	-17 079,62
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		837 948,04	836 384,66
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total Passivo não Corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		12 022,80	19 017,36
Adiantamento de Utentes			
Estado e outros entes públicos		5 066,88	4 884,80
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		28 521,43	22 210,66
Total Passivo Corrente		45 611,11	46 112,82
Total Passivo		45 611,11	46 112,82
Total Fundos Patrimoniais e Passivo		883 559,15	882 497,48

Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Instituição, referente ao encerramento do período estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;

O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;

Os Fundos Patrimoniais a diferença entre o Passivo e o Ativo.

A estrutura da Instituição, face ao balanço final à data de 31/12/2025, é a que a seguir se apresenta.

Descrição	Período N		Período N-1		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	812 888,85 €	92%	822 717,24 €	93%	- 9 828,39 €
Inventário	- €	0%		0%	- €
Contas a receber	49 298,51 €	6%	45 345,69 €	5%	3 952,82 €
Disponibilidades	20 208,74 €	2%	13 311,10 €	2%	6 897,64 €
Diferimentos	1 163,05 €	0%	1 123,45 €	0%	39,60 €
Ativo	883 559,15 €		882 497,48 €		1 061,67 €
Fundos patrimoniais	837 414,50 €	100%	853 464,28 €	102%	- 16 049,78 €
Resultado Líquido do período	533,54 €	0%	- 17 079,62 €	-2%	17 613,16 €
Fundos Próprios	837 948,04 €		836 384,66 €		1 563,38 €
Contas a Pagar - Não corrente		0%			
Contas a Pagar - Corrente	45 611,11 €	100%	46 112,82 €	100%	- 501,71 €
Diferimentos		0%			
Passivo	45 611,11 €		46 112,82 €		-501,71 €

Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo aumentou cerca de mil e sessenta euros neste período, as disponibilidades aumentaram em seis mil e oitocentos euros e os fundos próprios diminuíram cerca de mil e quinhentos euros, resultado do ajusto do Subsídio para investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados		234 622,66	210 667,56
Subsídios, doações e legados à exploração		147 625,51	116 933,91
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-17 958,14	-18 340,41
Fornecimentos e serviços externos		-112 138,25	-102 792,54
Gastos com o pessoal		-231 218,12	-208 278,73
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1 727,66	2 010,85
Outros gastos		-6 017,10	-1 128,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		16 644,22	-927,49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-16 110,68	-16 152,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		533,54	-17 079,62
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00
Juros e gastos similares suportados			0,00
Resultado antes de impostos		533,54	-17 079,62
Imposto sobre o rendimento do período			0,00
Resultado líquido do período		533,54	-17 079,62

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 383 442,29€ euros e de rendimentos no valor de 383 975,83 euros. Desta situação resultou um resultado líquido positivo, no valor de 533,54 euros. De salientar o aumento da inflação no ano de 2025, bem como do aumento do SMN, influenciando desta forma o aumento dos gastos.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(em euros)

RUBRICAS	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		221 504,42	204 628,51
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		-136 834,18	-125 058,80
Pagamentos ao pessoal		-149 512,78	-142 516,12
Pagamento/recebimento do imposto			
Outros recebimentos/pagamentos		78 587,59	50 064,77
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		11 174,28	-12 881,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4 276,64	-6 593,68
Ativos intangíveis		-5 934,13	-6 593,68
Ativos intangíveis		-913,28	
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-6 847,41	-6 593,68
Fluxos de caixa da atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6 897,64	-19 475,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 311,10	32 786,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		20 208,74	13 311,10

– INVESTIMENTOS

Investimentos	Montante	Varição face ao período anterior
Ativos fixos tangíveis	711 446,23	5 454,40
Bens do património histórico, artístico e cultural		-
Propriedades de investimento	99 868,40	-
Ativos intangíveis	827,90	-
Investimentos financeiros	787,73	-

Durante o ano de 2025 foram realizados os seguintes investimentos:

Investimento	mês	valor
Kit oscilabante portão	5	227,55
Edifício - Obras	7	2 330,41
CADEIRA DE BANHO REFORÇADA ETAC	5	321,69
Máquina Lavar Loiça	7	422,75
Protectores colções	10	1 701,78
Varinha Mágica	1	34,90
Utensílios cozinha	2	20,35
Aspirador sólidos/líquidos	3	49,99
Lavadora Alta pressão	9	289,00
Armários	11	55,98
Site Institucional	7	827,90
Total		6 282,30

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JDD', 'Luiz', 'M', 'J', 'ter', and 'F. Domingues']

Parte III – Anexo

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: Fundação Isabel Domingues

Natureza Jurídica: Fundação de Solidariedade Social

Sede: Rua das Escadinhas, Nº 42. Bairro do Pinheiro Manso - 3750 -719 Recardães, Águeda

A Fundação Isabel Domingues - FID é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que prossegue objetivos de natureza social e cultural.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As Demonstrações Financeiras do período de 2025 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- i. Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ii. Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- iii. Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- iv. NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- v. Normas Interpretativas (NI).

2.2 Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like 'JDD', 'Augusto', 'Sara', 'K. ten', 'ESP', 'D.', 'V.', and 'Alfonso']

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.3 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.3.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.3.2 Regime do acréscimo ou da periodização económica

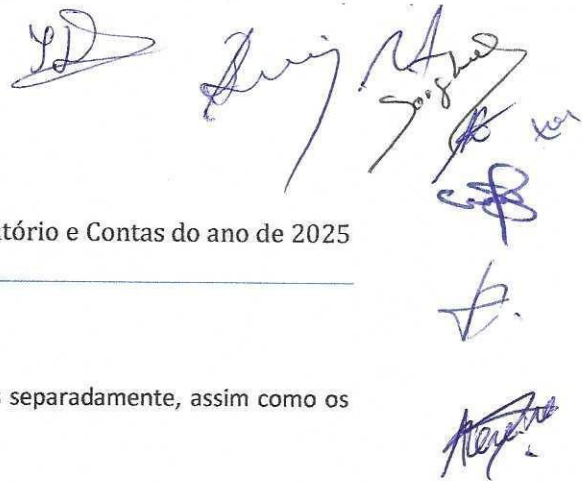
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.3.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.3.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.



3.3.5 Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.3.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.4 Políticas de reconhecimento e mensuração

3.4.1 Ativos fixos tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo

de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.4.2 Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos.

O valor residual de um “Ativo intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se: (i) Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou (ii) Houver um mercado ativo para este Ativo, e (ii) Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.4.3 Inventário

Os “Inventários” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.4.4 Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.4.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.4.6 Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.4.7 Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por:

- (i) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- (ii) fundos acumulados e outros excedentes;

(iii) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.4.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável que permita atividades presentes e futuras, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

3.4.9 Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos

[Handwritten signatures and initials]

da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o despectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

[Handwritten signature]

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-3 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.4.10 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo

somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.4.11 Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cáritas cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são imputados à demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.4.12 Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos ordem.

3.4.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.



3.4.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.5 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.6 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

[Handwritten signatures and initials]

7. Investimentos Financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar entregas de 1% sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

No período de 2025, a Entidade detinha os seguintes "investimentos Financeiros":

- Fundo de compensação do Trabalho: 787,73 euros.

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-N	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-N
Mercadorias	-	373,05 €	-	0
Matérias-primas, sub. e de consumo	0	17 585,09 €		0
Total	0	17 958,14 €	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				17 958,14 €

9. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31.12.N	31.12.N-1
Clientes e Utentes c/c	48 373,75 €	40 742,65 €
Clientes	-	-
Utentes	48 373,75 €	40 742,65 €
Total	48 373,75 €	40 742,65 €

10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	31.12.N	31.12.N-1
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	924,76 €	4 603,04 €
Total	924,76 €	4 603,04 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		

5.1 Outros Ativos Fixos Tangíveis

	Saldo em 01-Jan-N	Aquisições / Dotações/ Aumentos	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-N
Custo					
Terrenos e recursos naturais	- €				- €
Edifícios e outras construções	800 263,96 €	2 268,96 €			802 532,92 €
Equipamento básico	5 775,54 €	2 446,22 €			8 221,76 €
Equipamento de transporte	36 223,50 €				36 223,50 €
Equipamento administrativo	32 120,71 €				32 120,71 €
Outros Ativos fixos tangíveis	2 760,91 €	739,22 €			3 500,13 €
Ativos Fixos tangíveis em curso	- €				- €
Total (A)	866 984,05 €	5 454,40 €			882 599,02 €
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	103 043,98 €	8 912,06 €			111 956,04 €
Equipamento básico	2 133,94 €	441,71 €			2 575,65 €
Equipamento de transporte	29 808,94 €	4 527,94 €			34 336,88 €
Equipamento administrativo	19 248,87 €	1 998,72 €			21 247,59 €
Outros Ativos fixos tangíveis	847,78 €	188,85 €			1 036,63 €
Total (B)	138 931,38 €	16 069,28 €			171 152,79 €
Quantia Escriturada (A-B)	728 052,67 €	- 10 614,88 €			711 446,23 €

5.2. Propriedades de Investimento

	Saldo em 01-Jan-N	Aquisições	Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-N
Custo					
Propriedade de investimento	99 868,40 €	-	-	-	99 868,40 €
Depreciações acumuladas					
Propriedade de investimento	-	-	-	-	-
Total	99 868,40 €	-	-	-	99 868,40 €

6. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte:

	Saldo em 01-Jan-N	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-N
Custo			
Outros Ativos intangíveis		0,00 €	827,89 €
Total (A)		0,00 €	827,89 €
Amortizações acumuladas			
Outros Ativos intangíveis		0,00 €	41,40 €
Total (B)		0,00 €	41,40 €
Quantia Escriturada (A-B)		0,00 €	786,49 €

Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	706,34 €	751,14 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Segurança Social	4 360,54 €	4 133,66 €
Fundos de Compensação		
Total	5 066,88 €	4 884,80 €

11. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” apresenta em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.N		31.12.N-1	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Adiantamentos ao pessoal	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-	-	-
Juros bancários	-	-	-	-
Outros (projetos, mensalidades)	-	-	-	-
Outros Devedores	-	-	-	-
Subsídios a Receber IEFP	775,92 €	-	-	-
Outros - AT -Consignação IRS	655,62 €	-	-	-
Perdas por Imparidade	-	-	-	-
Total	1 431,54 €	- €	- €	- €

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	31.12.N	31.12.N-1
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	1 163,05 €	1 123,45 €
Outros		
Total	1 163,05 €	1 123,45 €

13. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31.12.N	31.12.N-1
Caixa	122,78 €	227,78 €
Depósitos à ordem	20 085,96 €	13 083,32 €
Depósitos a prazo	- €	- €
Outros	-	-
Total	20 208,74 €	13 311,10 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JD', 'Isabel Domingues', and others.

14. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-N	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-N
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	69 326,08 €		17 079,62 €	52 246,46 €
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	784 138,20 €	2 725,49 €	1 695,65 €	785 168,04 €
- Subsídios investimento - SS	2 125,20 €		1 500,00 €	625,20 €
- Subsídios investimento - Município Águeda		2 725,49 €	195,65 €	2 529,84 €
- Doações	782 013,00 €			782 013,00 €
Total	853 464,28 €	2 725,49 €	18 775,27 €	837 414,50 €

Na rubrica Resultados Transitados foi considerado:

1. O resultado líquido positivo, do período findo em 2025 no valor de 533,54€;

Na rubrica Outras variações nos fundos patrimoniais foi considerado:

1. Registo do Subsídio ao investimento recebido do Município de Águeda, candidatura efetuada em 2024 e aprovada em 2025, para investimento em obras e equipamentos.
2. A imputação do subsídio ao investimento a rendimentos pelos valores das depreciações anuais no valor de 1695,65€.

15. Provisões

Nos períodos de 2025 e 2024, não existem provisões

16. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" encontra-se discriminado da seguinte forma:

Descrição	31.12.N	31.12.N-1
Fornecedores c/c	12 022,80 €	19 017,36 €
Fornecedores títulos a pagar		-
Total	12 022,80 €	19 017,36 €

JD
Dir. G. Serv. Lda
At. Ser
SP

17. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31.12.N		31.12.N-1	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	1 857,20 €	-	1 857,20 €
Remunerações a pagar	-	1 857,20 €	-	1 857,20 €
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparid.acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	26 488,02 €	-	19 257,91 €
Remunerações a liquidar	-	26 488,02 €	-	19 257,91 €
Outros acréscimos	-	-	-	- €
Outros credores	-	1 607,75 €	-	1 095,55 €
Fundos	-	-	-	-
Outros acréscimos	-	-	-	32,00 €
Outros Credores	-	1 607,75 €	-	1 063,55 €
Clientes e utentes	-	-	-	-
Total	€	29 952,97 €	-	22 210,66 €

d.
At. Ser

18. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas e Serviços Prestados":

Descrição	N	N-1
Vendas		
Prestação de Serviços		-
Mensalidades	224 292,30 €	203 629,91 €
Outros Serviços	10 330,36 €	7 037,65
Total	234 622,66 €	210 667,56 €

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	N	N-1
Subsídios de Entidades Públicas		
Segurança Social - Terceira Idade	142 714,84 €	111 503,74 €
IEFP - Programa CEI+	2 570,12 €	3 516,93 €
IEFP - Programa +Inclusão	775,92 €	
IEFP - Programa ESTÁGIO PROFISSIONAL		1 713,24 €
Doações		
Doações e heranças- D.Exp. - Donativos monetários:		200,00 €
-Consignação IRS	1 014,63 €	
-Processos Tribunal	550,00 €	
Doações e heranças- D.Exp. - Donativos em espécie		
Total	147 625,51 €	116 933,91 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'D.D.', 'Duy', 'osilo', 'xey', and 'Allyson']

De referir o recebimento:

- da Consignação do IRS de 2024 entregue em 2025 recebido 359,01€ março de 2025 e 655,62€ em janeiro de 2026 (acerto do valor do ano de 2025).
- resultante de um processo de tribunal de uma pessoa individual que decidiu entregar à Fundação o valor de 550€ de que era obrigada pelo respetivo Tribunal.

20. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos de 2025 e 2024, foi a seguinte:

Descrição	N	N-1
Serviços especializados	92 729,78 €	86 507,82 €
Trabalhos especializados	81 803,13 €	76 426,39 €
Publicidade e propaganda		140,67 €
Vigilância e segurança	39,36 €	
Honorários	8 306,94 €	8 538,10 €
Conservação e reparação	5 075,12 €	1 402,66 €
Outros serviços especializados	76,00 €	75,82 €
Materiais	1 062,22 €	1 611,66 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	403,31€	390,48 €
Materiais-Material de escritório / economato	616,41€	853,57 €
Artigos para oferta	42,50€	313,54 €
Energia e fluidos	14 839,15 €	1 110,57 €
Energia e fluidos-Eletricidade	8 530,91 €	8 483,29 €
Energia e fluidos-Combustíveis	903,15€	1 194,17 €
Energia e fluidos-Água	5 405,09€	1 870,57 €
Energia e fluidos-Outros energia e fluidos		5,00 €
Deslocações, estadas e transportes	247,56€	125,43 €
Serviços diversos	3 259,54 €	3 562,49 €
Comunicação	884,76 €	914,42 €
Seguros	2 145,16 €	1 748,54 €
Contencioso e notariado	55,00 €	30,00 €
Limpeza, higiene e conforto	174,62	869,53 €
Outros serviços		
Total	112 138,25 €	102 792,54€

Os gastos com serviços externos tiveram um aumento de cerca de 9300€, muita à custa do aumento das refeições (5,7% em relação a 2024), ao aumento do consumo de água devido a uma rutura, conservação e reparação dos equipamentos e veículos.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

21. Gastos com o pessoal

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 2025 e em 2024 foi de 12. Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	N	N-1
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	188 287,64 €	169 150,86 €
Indemnizações	0,13 €	
Encargos sobre as Remunerações	39 564,29 €	36 351,63 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 377,11 €	2 148,94 €
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	988,95 €	627,30 €
Total	231 218,12 €	208 278,73 €

Os valores dos gastos com pessoal tiveram um aumento de 9,92% em relação ao ano de 2024, decorrentes do efeito do aumento do SMN, bem como de algumas demissões existentes durante o ano.

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	N	N-1
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	510,76 €
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Outros rendimentos e ganhos	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	85,61 €	-
Excesso de estimativa de impostos		-
Imputação de Subsídios para investimento	1 642,04 €	1 500,00 €
Ganhos em Outros Instrumentos Financeiros	-	-
Restituição de impostos		
Donativos / Patrocínios		
Outros não especificados	0,01	
Total	1 727,66 €	2 010,85 €

22. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	N	N-1
Impostos	520,43 €	707,29 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	19,68 €	
Correções relativas a períodos anteriores	5 401,99 €	360,84 €
Outros Gastos e Perdas	75,00 €	60,00 €
Total	6 017,10 €	1 128,13 €

23. Resultados financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 não foram reconhecidos gastos ou rendimentos relacionados com juros e similares.

[Handwritten signatures and initials]

24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Entidade tem a sua situação perante a Segurança Social regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho Executivo e pelo Conselho de Administração em 27 de Março de 2026, para submissão e apreciação do Conselho Fiscal.

25. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Recardães, 27 de Março de 2026

O Contabilista Certificado (CC N.º 79789)

Eduarda Gomes

[Handwritten signature]

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Sra. D. Isabel Maria Afonso Domingues

[Handwritten signature]

Vice-Presidente - Dr. Alfredo José Dias da Fonseca Ribeiro

[Handwritten signature]

Vogal – Dra. Maria Isabel das Neves Pinheiro de Castro

—

O CONSELHO EXECUTIVO:



FUNDAÇÃO
Isabel Domingues

Pinheiro Manso – Recardães | 3750-719 Agueda
Tlf: 234 060 353 – Tlm: 935 301 112
NIF: 513 145 710

- Presidente Enf^a Maria Útilia Ferreira da Rocha Ferrão

[Handwritten signature]

- Secretário: Eng.º António Manuel Rodrigues Marques

[Handwritten signature]

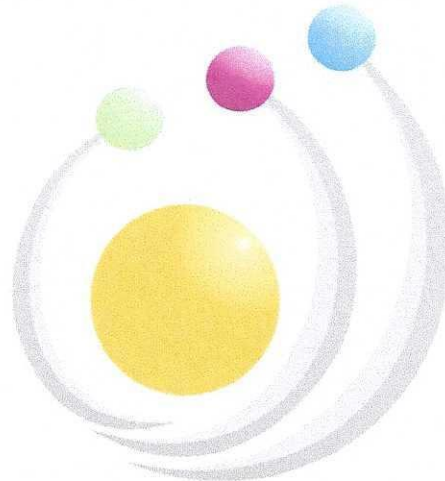
- Tesoureiro: Sr. Carlos Miguel Pereira Antunes

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

YD
Isabel Domingues
Acordo



FUNDAÇÃO
Isabel Domingues

A ERPI da FID que
é carinho e ninho,
é cuidado e moradia.



Bairro do Pinheiro Manso

FUNDAÇÃO ISABEL DOMINGUES

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS - ERPI
Instituição Particular de Solidariedade Social, Sem Fins Lucrativos, de Utilidade de Pública
NIF 513145710 - NISS 25231457106

Rua das Escadinhas, Nº 42, Pinheiro Manso, 3750-719 Recardães, Águeda
Telf. - 234 060 353 | TM - 935 301 112 | E-mail: fid@fid.pt
<https://www.fid.pt> | www.facebook.com/fid14

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVO AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025 DA FID

Nos termos da Lei Geral, dos Estatutos da Fundação Isabel Domingues - FID e do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar à Vossa apreciação a nossa ação de Fiscalização e Parecer respeitante ao Relatório e Contas, Balanço e Demonstração de Resultados, apresentadas pelo Conselho de Executivo do exercício do ano civil de 2025.

No âmbito das nossas funções foram analisadas as informações documentais, contabilísticas e de gestão, disponibilizada pelos serviços e verificada a regularidade dos registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; foi verificada a relevação contabilística, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados, que se encontram suficientemente expressos nas contas; da apreciação dos documentos de Relatório e Prestação de Contas, estes dão das ações realizadas, justificando as atividades previstas e não executadas ou não concluídas, tendo este Conselho aceite como válidas e substanciais.

Não tomámos conhecimento de quaisquer violações da Lei ou dos Estatutos da Instituição.

Assim, encerrado o ano, analisamos com pormenor os documentos e mapas que nos foram apresentados e que acompanham as contas, tendo sido solicitados e obtidas as respostas que entendemos esclarecedoras, às questões colocadas, regista-se o resultado positivo de **533,54 euros**, de certo modo previsível, dado o histórico recente da Instituição e, fundamente, explicado pelos documentos e ações que o suportam.

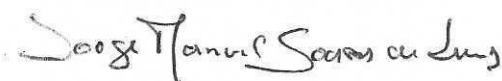
Deste modo encontramos-nos em condições de informar que as contas da Fundação Isabel Domingues evidenciam de uma forma clara a atividade desenvolvida em 2025, pela Fundação Isabel Domingues, pelo que o nosso Parecer é:

- a) A aprovação do Relatório e Contas de 2025, bem como da aplicação de resultados, de **533,54 euros**, levados a resultados transitados;
- b) Que pela atividade desenvolvida e concretizada, seja aprovado um voto de louvor à presente gestão da Fundação Isabel Domingues, ao Conselho Executivo, e ainda ao Conselho de Administração e a todos os que contribuem para o seu desenvolvimento, nomeadamente os trabalhadores, fornecedores, clientes e famílias, entidades e amigos que se unem pelas causas que nos movem em prol dos mais idosos .

Pinheiro Manso, Recardães, a 27 de março de 2026

O CONSELHO FISCAL:

Presidente: Dr. Jorge Manuel Soares de Lemos



- Dra. Ana Rita Antunes Pereira



- Sr. Ângelo Estima dos Reis

